Guia de Vacinação Nas Escolas Minas Gerais

Belo Horizonte — 2024

SUS SAÚDE MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Governador do Estado de Minas Gerais
Romeu Zema Neto

Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais
Fábio Baccheretti Vitor

Secretário de Estado de Educação de Minas Gerais
Igor de Alvarenga Oliveira Icassati Rojas

Subsecretaria de Redes de Atenção à Saúde
Camila Moreira de Castro

Subsecretaria de Vigilância em Saúde
Eduardo Campos Prosdocimi

Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica
Kellen Silva Senra

Superintendência de Atenção Primária à Saúde
Camila Helen de Almeida Silva Oliveira

Superintendência de Vigilância Epidemiológica
Aline Lara Cavalcante Oliva

Superintendência de Políticas Pedagógicas
Rosely Lúcia de Lima

Diretoria de Promoção da Saúde e Políticas de Equidade
Daniela Souzalima Campos

Diretoria de Políticas de Atenção Primária à Saúde
Christina Coelho Nunes

Diretoria de Vigilância de Doenças Transmissíveis e Imunização
Marcela Lencine Ferraz

Diretoria de Modalidades de Ensino e Temáticas Especiais – DMTE
Fabiana Benchetrit dos Santos

Coordenação de Programas de Promoção da Saúde e Controle do Tabagismo
Nayara Resende Pena

Coordenação de Qualificação dos Processos de Trabalho na Atenção Primária à Saúde e Ações de Vigilância
Silvana Novaes Ferreira

Coordenação Estadual do Programa de Imunizações
Josianne Dias Gusmão

Coordenação Estadual Rede de Frio
Adriano Ferreira Matos

Coordenação de Temáticas Especiais e Transversalidade Curricular
Rosália Aparecida Martins Diniz

EQUIPE EDITORIAL

Juliana Amorim Prosdocimi de Lima
Rosalia Diniz
Josianne Dias Gusmão
Rosângela Aparecida de Azevedo

COLABORADORES

Coordenação de Qualificação dos Processos de Trabalho na APS e Ações de Vigilância
Bruna de Castro Silva
Márcia Beatriz Sawaya A Ferreira

Coordenação Estadual do Programa de Imunizações
Aline Mendes Vimieiro
Denisiane Geralda Araújo
Josianne Dias Gusmão
Maria Nazaré Marques Moreira
Natátia Santana Carvalho
Roberta Barros da Silva
Rosângela Aparecida de Azevedo

Coordenação Estadual de Rede de Frio
Adriano Ferreira Matos
Fernanda Luiza de Melo Francisco

O instrumento ora publicado é de domínio público, permitindo-se sua reprodução, parcial ou total, desde que citada a fonte e que não seja para fins comerciais.

Nota: Os dados apresentados estão sujeitos à alteração/revisão.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS 6

1. APRESENTAÇÃO 7

2. INTRODUÇÃO 8

3. VACINAÇÃO EXTRAMUROS 9

3.1. Rede de Frio 11

3.2. Registro da Vacinação nos Sistemas de Informações do Programa Nacional de Imunização (PNI) do Ministério da Saúde (MS) 12

4. PLANEJAMENTO DA ESTRATÉGIA 15

4.1. Ações de Gestão Compartilhada (Saúde e Educação) 15

4.2. Ações de Educação em Saúde 16

4.3. Ações de Mobilização Social 17

4.4. Ações de Verificação da Situação Vacinal 17

4.5. Ações de Atualização do Cartão de Vacina 17

4.6. Ações de Vacinação nas escolas 18

5. MATERIAIS COMPLEMENTARES 19

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APS - Atenção Primária à Saúde
CaSAPS - Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde
ESAVI - Evento supostamente atribuível à vacinação ou imunização
GTI - Grupos de Trabalho Intersetoriais
GTI-M - Grupos de Trabalho Intersetorial Municipal
PNI - Programa Nacional de Imunizações
PSE - Programa Saúde na Escola
PP - Projeto Pedagógico
SES-MG - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
SIPNI - Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações
SUS – Sistema Único de Saúde
UAPS - Unidades de Atenção Primária à Saúde

1. APRESENTAÇÃO

O Guia de Vacinação nas Escolas Minas Gerais é destinado aos profissionais da saúde e da educação e tem como propósito orientar e fortalecer o trabalho intersetorial entre a saúde e a educação no desenvolvimento das ações de imunização junto à comunidade escolar, visando a ampliação da cobertura vacinal nos municípios.

Destacando a importância da articulação intersetorial para a progressiva ampliação das ações de imunização provendo atenção integral à saúde de crianças e adolescentes e como parte de uma formação ampla para a cidadania e usufruto pleno dos direitos.

Este documento propõe estratégias para ações compartilhadas e corresponsáveis, valorizando a articulação de saberes, a participação de estudantes, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção do cuidado e controle social das políticas públicas de saúde referentes à imunização.

2. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) idealizado em 19 de setembro de 1973 atende às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) ao disponibilizar vacinas dirigidas à população brasileira de forma a atender crianças, adolescentes, adultos, idosos, gestantes, povos e comunidades tradicionais e grupos em condições especiais de saúde.

O PNI tem como missão promover e organizar a Política Nacional de Imunizações, visando à proteção da população e contribuindo para a prevenção, o controle, a eliminação e/ou a erradicação de doenças imunopreveníveis, utilizando estratégias de vacinação distintas, desenvolvidas de forma articulada, hierarquizada e descentralizada.

A importância da inclusão do tema de imunização na comunidade escolar, bem como no ambiente familiar, está associada ao fato de que, apesar de todos os avanços alcançados pelo PNI no controle e na eliminação de doenças, vêm sendo observadas, a partir de 2016, redução nas coberturas vacinais em todo o País.

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia do Ministério da Saúde em parceria com o Ministério da Educação que visa à promoção da saúde e prevenção de agravos no ambiente escolar. Por meio da integração entre as políticas de saúde e educação, o PSE desempenha um papel importante na saúde de crianças e jovens, tendo como foco não apenas o contexto escolar, mas também a comunidade em geral.

A Gestão do PSE é centrada em ações compartilhadas, desenvolvidas por meio dos Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTI) dos respectivos níveis de gestão, em uma construção em que tanto o planejamento quanto a execução das ações devem ser realizadas coletivamente, de forma a atender às necessidades e demandas locais por meio de análises e avaliações construídas intersetorialmente.

Dessa forma, a consonância entre as políticas de Saúde e de Educação pode garantir às crianças, aos adolescentes e aos jovens o acesso a melhores condições de vida. Ademais, os GTI devem ser compostos, obrigatório e minimamente, por representantes da saúde e da educação e, facultativamente, por outros parceiros locais representantes da comunidade (representação de jovens e setores como cultura, lazer, esporte, transporte, planejamento urbano, entre outros).

No que se refere a oferta de assistência em saúde, a Atenção Primária à Saúde (APS), principal porta de entrada do usuário ao SUS, dispõe de um espaço privilegiado para o exercício das práticas de imunização, que devem estar inseridas no cotidiano das equipes de saúde com atribuições e responsabilidades definidas em território único de atuação. Tais práticas estão inseridas na Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde

(CaSAPS), que se apresenta como uma importante ferramenta de gestão do cuidado.

O PNI, conjuntamente com o PSE, busca promover a integração e a comunicação entre as Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) e as escolas, de forma a ampliar o alcance de suas ações relativas aos educandos e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis, articulando entre diversos setores e instituições, de todas as esferas de gestão, para a adoção de estratégias de vacinação.

O desenvolvimento de ações integradas de imunização com o PSE pode contribuir de forma significativa para prover informações sobre a importância da vacinação, bem como favorecer o acesso à vacinação, visando proteger a comunidade escolar e seus familiares de doenças imunopreveníveis.

A função de formar e informar atribui à escola um importante papel na promoção da saúde de crianças, adolescentes, adultos e idosos, de modo que essa ação deve ser adotada de maneira participativa e sinérgica entre os estudantes, os professores, a equipe de gestão, os familiares e os profissionais de saúde, entre outros, para possibilitar o acesso universal e igualitário às ações de imunizações.

Dessa forma, e considerando a escola como um parceiro essencial para o desenvolvimento permanente de ações de promoção da saúde, é importante que sejam incluídos, caso não constem, temas relacionados à imunização e aos cuidados com a saúde no Projeto Pedagógico (PP) das escolas.

Assim, entende-se que o ambiente escolar é um importante espaço para a avaliação da situação vacinal e promoção da vacinação, promovendo a saúde e a prevenção de doenças imunopreveníveis. Essas ações, quando realizadas com a parceria de profissionais de saúde e de educação, com o protagonismo dos demais atores do território de gestão compartilhada, fortalecem os vínculos, geram um comprometimento das partes envolvidas e auxiliam para o alcance das metas de cobertura vacinal e a manutenção da qualidade de vida.

3. VACINAÇÃO EXTRAMUROS EM ESCOLAS

A vacinação extramuros é uma das estratégias de vacinação realizadas fora da unidade de saúde, com o objetivo de alcançar populações que apresentam dificuldades de acesso para serem vacinadas.

Podem ser disponibilizados pontos de vacinação:

- Ponto de vacinação fixo: local de fácil acesso (com facilidade para cadeirantes e idosos), de grande circulação de pessoas.
- Vacinação itinerante (móvel): deve ser traçada a rota de acordo

com a avaliação epidemiológica do território e o planejamento das ações de vacinação (ações já divulgadas na comunidade).

Os profissionais envolvidos nos processos de vacinação devem ser periodicamente capacitados quanto às recomendações do Calendário Nacional de Vacinação, conservação, armazenamento e transporte dos imunobiológicos.

Ressaltamos a importância de estabelecer parcerias estratégicas com diversas entidades e líderes comunitários, como associações de moradores, líderes religiosos, líderes comunitários, ONGs locais, professores, escolas, blogueiros, promotores de eventos culturais, shoppings, clubes esportivos, empresas e a imprensa local, entre outros. O objetivo dessas parcerias é garantir que a informação correta seja disseminada de maneira eficaz e abrangente para a população, promovendo um alcance mais amplo e a conscientização da comunidade.

Para o planejamento da estratégia, destacamos que sejam observados:

- Disponibilidade dos imunobiológicos necessários à execução da ação;
- Quantitativo disponível de profissionais qualificados para a estratégia;
- Definição do local – avaliando as condições físicas e térmicas para realização da vacinação;
- Definição do público-alvo a ser atendido na ação;
- Definição dos objetivos e metas a serem alcançados;
- Definição dos imunobiológicos conforme a faixa etária e recomendações do Calendário Nacional de Vacinação do PNI;
- Cálculo do quantitativo de cada imunobiológico de acordo com a população-alvo;
- Cálculo dos insumos necessários como bobina reutilizável, caixas térmicas de poliuretano (3 caixas), termômetros, seringas e agulhas, caixa coletora de material perfurocortante, álcool 70%, algodão, entre outros;
- Materiais impressos para registro das doses aplicadas ou computador para registro das doses aplicadas diretamente no sistema de informação e cartão de vacinação para os cidadãos que forem vacinados e que não possuírem o documento;
- Ações de divulgação dos locais, datas, horários e público-alvo e mobilização de parceiros para potencializar a comunicação.

A equipe mínima para a realização da ação deve ser composta por:

- 01 coordenador - profissional capacitado em imunização;
- 01 vacinador;

- 01 registrador;
- 01 motorista.

A equipe deve ter conhecimento e ser capacitada para execução da ação:

Calendário Nacional de Vacinação: Ter conhecimento e treinamento prático sobre os imunobiológicos recomendados, esquema vacinal segundo faixa etária (número de doses, intervalos, reforços e aprazamentos), indicação e contraindicação das vacinas e condições de saúde do indivíduo a ser vacinado.

Cadeia de frio: conhecer as boas práticas em imunização, armazenamento correto dos imunobiológicos e controle de temperatura.

Técnicas de aplicação das vacinas: preparo e administração dos imunobiológicos, volume da dose, via de administração, faixa etária indicada, calibre das agulhas e métodos que podem diminuir a dor e minimizar o desconforto.

Vacinação simultânea: Entender e orientar aos cidadãos que a vacinação simultânea e a administração de duas ou mais vacinas em diferentes locais ou vias e que não aumenta o risco de eventos supostamente atribuíveis à vacinação ou imunização (ESAVI).

Registro vacinal: realizar o registro da vacinação no sistema de informação ou em formulário definido pelo município e posteriormente no sistema e no cartão de vacinação do cidadão, garantindo a completude, qualidade, confidencialidade e segurança dos dados dos usuários.

3.1. REDE DE FRIO

A Cadeia de Frio é o processo logístico da Rede de Frio para conservação dos imunobiológicos, incluindo as etapas de recebimento, armazenamento, conservação, manuseio, distribuição e transporte, mantendo as condições adequadas de refrigeração, desde o laboratório produtor até o momento de sua administração.

Para garantir a conservação adequada orienta-se:

- Utilizar caixas térmicas com, no mínimo, 30 mm e, idealmente, 80 mm de espessura nas paredes e tampa, com isolamento de fibra de vidro. O ideal é a fixação da tampa a caixa por meio de dobradiças, mantendo boa vedação quando fechada;
- Não utilizar caixas danificadas ou com paredes de espessura fina;
- Verificar com frequência as condições da caixa, observando se existem rachaduras e/ou furos;
- Lavar com água e sabão neutro e secar cuidadosamente as caixas após o uso, mantendo-as abertas até que estejam completamente

secas;

- Durante as sessões de vacinação, deve-se manter uma caixa para manuseio dos frascos em uso (abre e fecha) e outra caixa para estoque, evitando exposições desnecessárias das vacinas a temperatura inadequada;
- Bobinas de gelo reutilizáveis: verificar quantidade suficiente e situação adequada (integridade, temperatura e validade) para a manutenção da temperatura apropriada na caixa (+2 °C a +8 °C) atentar-se para que as vacinas não sejam expostas a temperatura inferior a 2 °C.
- Caso ocorra alteração da temperatura, é orientado o registro em formulário padronizado desde a data de recebimento até a data da ocorrência. Todos os imunobiológicos que sofrerem alteração deverão ser armazenados em temperatura ideal (+2 °C a +8 °C) enquanto aguardam análise da Central Estadual de Rede de Frio, que deverá orientar sobre a liberação ou descarte do produto.

ATENÇÃO: Usar a caixa exclusivamente para os Imunobiológicos. Não armazenar outro tipo de material, tais como amostras para laboratório, alimentos, bebidas ou material radioativo.

3.2. REGISTRO DA VACINAÇÃO NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (PNI) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

O registro da vacinação deverá ser realizado no sistema de informação utilizado pelo estabelecimento de saúde a que a equipe pertença, é recomendado que o sistema esteja integrado ao Cadastro de Usuário do SUS – CADSUS e ainda é necessário verificar e/ou atualizar as informações pessoais do cidadão (nome completo, data de nascimento, nome da mãe, CPF e cartão nacional de saúde (CNS), endereço de residência e nascimento) em todos os momentos de atendimento.

O Ministério da Saúde define que o município e estabelecimento de saúde segundo tipo de estabelecimento podem utilizar um dos seguintes sistemas de informação para registro da dose aplicada: SIPNI ou e-SUS APS ou Sistema Próprio/Proprietário. Se utilizar os sistemas e-SUS APS ou Sistema Próprio deverá garantir interoperabilidade com a Rede Nacional de Dados em Saúde - RNDS para transmissão dos dados de doses aplicadas. Entretanto o registro da movimentação dos imunobiológicos (número de doses recebidas, aplicadas e descartadas) em todos os estabelecimentos de saúde da rede pública deve ser realizado apenas no SIPNI.

Na impossibilidade de utilizar o sistema no momento da aplicação da vacina, deve-se utilizar a ficha de registro nominal de doses aplicadas (ficha

de vacinação) ou formulário definido pelo município para posterior registro no sistema de informação. É importante que os dados estejam completos e sejam inseridos no sistema de forma oportuna garantindo o monitoramento da ação de vacinação extramuros.

Link ficha de vacinação: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/esus/ficha_vacinacao_v3_2.pdf

No cartão de vacina deve ser realizada a anotação das informações: Data de aplicação da vacina (dia, mês e ano) e as informações sobre a vacina: Nome da vacina, Número do lote, Validade, Laboratório, Dose administrada, Via de administração, Local de aplicação e Nome do vacinador. Se tiver mais doses indicadas para completar o esquema vacinal do cidadão ou outras vacinas recomendadas na próxima visita, deverá ser registrado o aprazamento ou a próxima data de retorno.

Todas as informações acima também deverão constar no sistema de informação e outras obrigatórias de acordo com o sistema utilizado ou em casos de indisponibilidade de computador no local da vacinação, em formulário específico para posterior registro no sistema de informação (observado os campos obrigatórios de cada sistema).

O registro completo e adequado da vacinação no sistema de informações é fundamental para o monitoramento das coberturas vacinais e possíveis áreas de maior risco à reintrodução de doenças preveníveis por vacinação, além de auxiliar na tomada de decisões em cada território.

4. PLANEJAMENTO DA ESTRATÉGIA

Atividades sugeridas aos municípios mineiros para que efetivem ações de imunização na comunidade escolar.

4.1. AÇÕES DE GESTÃO COMPARTILHADA (SAÚDE E EDUCAÇÃO)

ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS
Realizar planejamento intersetorial prévio e gestão compartilhada entre a saúde e educação, por meio dos Grupos de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M) do PSE.	Gestor Municipal de Saúde Gestor Municipal de Educação
Realizar o diagnóstico da situação, definir objetivos, definir calendário de desenvolvimento das ações, definir o público-alvo, definir os responsáveis por cada ação (sempre que possível, nomear responsáveis dos serviços de saúde e de educação para compartilharem a responsabilidade), definir recursos necessários (humanos e materiais), buscar parcerias.	Gestor Municipal de Saúde Gestor Municipal de Educação
Apresentar e dialogar com a Educação sobre materiais, normas, dados e documentos disponíveis que abordam o tema imunização.	Gestor Municipal de Saúde Gestor Municipal de Educação
Articular com a Secretaria de Assistência Social e Conselhos Tutelares o apoio para as ações de vacinação no território;	Gestor Municipal de Saúde Gestor de Assistência Social
Realizar ações de qualificação dos profissionais da saúde e educação sobre a temática.	Gestor Municipal de Saúde Gestor Municipal de Educação
Elaborar, de forma compartilhada, fluxo de atendimento/visitas às escolas para verificação da situação vacinal e vacinação dos estudantes, professores e toda comunidade escolar que estiverem com o cartão vacinal incompleto.	Gestor Municipal de Saúde Gestor Municipal de Educação
Articular com os conselhos municipais das diversas áreas da saúde e educação as ações de imunização nas escolas.	Gestor Municipal de Saúde Gestor Municipal de Educação
Articular e planejar ação conjunta entre as Secretarias Municipais de Saúde e Educação e respectivas Coordenações de Imunização, APS, parceiros (lideranças comunitárias, associações e líderes religiosos que atuam nos territórios e outros) a fim de planejar a vacinação no âmbito escolar (creches e escolas).	Gestor Municipal de Saúde Gestor Municipal de Educação
Garantir que os materiais do PSE sejam enviados, entregues e utilizados de forma adequada pelas Equipes de APS e Equipes das Escola.	Gestor Municipal de Saúde Gestor Municipal de Educação
Apoiar e monitorar as ações realizadas pelas equipes de saúde, de educação e a avaliar o alcance das metas pactuadas, em conjunto com o GTI-M.	Gestor Municipal de Saúde Gestor Municipal de Educação
Elaborar uma análise conjunta das informações sobre a ocorrência de doenças imunopreveníveis e as coberturas vacinais no território; de forma a desenvolver um trabalho de educação em saúde o qual abordará temas de interesse da comunidade.	Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipes de APS
Realizar articulação com as equipes de APS de referência, para programar as ações de conscientização/informação sobre as vacinas, verificação do cartão vacinal e vacinação nas escolas.	Equipes de Educação Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipes de APS
Atualizar junto aos parceiros da educação as informações sobre a segurança das vacinas; assim como se disponibilizar a dialogar com os pais e ou responsáveis e estudantes que tenham dúvidas sobre a vacinação.	Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipes de APS Equipes de Educação

4.2. AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
Promover diálogo com os estudantes e familiares sobre a importância das vacinas; fortalecer a confiança da comunidade escolar na vacinação, com o combate às notícias falsas e reforçar as evidências científicas acerca da segurança e dos benefícios da vacinação com o objetivo de minimizar o receio vacinal por parte dos usuários.	Equipes de APS Equipes de Educação
Abordar, por meio dos Temas Contemporâneos Transversais, o componente Saúde, em aulas disciplinares, interdisciplinares ou de forma intersetorial, a importância da vacinação.	Equipes de Educação
Viabilizar o acesso das equipes de saúde no espaço escolar, para realização compartilhada (saúde e educação) de atividades de sensibilização e orientação dos estudantes, pais e responsáveis, professores, entre outros, quanto à importância da vacinação na prevenção das doenças imunopreveníveis.	Equipes de Educação
Construir ações pedagógicas com a caderneta de vacinação das crianças e jovens (teatro, gincanas, etc), enfocando sua relevância e conteúdo.	Equipes de Educação
Estimular o protagonismo juvenil para a discussão da caderneta do adolescente a reflexão sobre a vacina: rodas de conversa, jogos, gincanas, entre outras atividades.	Equipes de Educação
Esclarecer aos estudantes sobre a necessidade do cuidado e autocuidado. Tal desafio, pode ser realizado por meio da educação entre pares e do estímulo à procura de atendimento nas Unidades de Atenção Primária à Saúde, que devem estar preparadas para receber o público que busca orientações.	Equipes de Educação
Incluir temas referentes às campanhas de imunização e vacinação fora das campanhas no cronograma anual das atividades da Educação (calendário escolar).	Equipes de Educação
Promover uma semana anual para a mobilização e sensibilização de estudantes, pais ou responsáveis e comunidade escolar sobre a importância da Imunização.	Equipes de Educação
Propor e apoiar a inclusão do tema “Imunização” no projeto político-pedagógico da escola; assim como enquanto tema transversal em relação às disciplinas pedagógicas.	Equipes de Educação

4.3. AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
Compartilhar materiais de divulgação e mídias digitais sobre a importância da vacinação para a proteção dos estudantes, professores e toda a comunidade escolar.	Comunicação Social Equipes de APS Equipes de Educação
Propor o envio aos Pais e/ou Responsáveis da Carta aos Pais, voltada a orientar sobre a importância da verificação da situação vacinal e vacinação nas escolas, autorização dos pais/responsáveis e envio também do Calendário de Vacinação.	Equipes de Educação
Divulgar os materiais publicitários elaborados pela Assessoria de Comunicação da SES-MG junto aos parceiros da educação, contribuindo para a informação correta e segura;	Comunicação Social Equipes de APS Equipes de Educação
Mobilizar os meios de comunicação: jornais, rádios locais, televisão, carro de som, entre outros. É fundamental que uma intensa ação de comunicação e mobilização seja lançada de forma regionalizada, seguindo as especificidades de cada localidade e o público-alvo da estratégia a fim de obter maior abrangência de informação.	Comunicação Social Equipes de APS Equipes de Educação

4.4. AÇÕES DE VERIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO VACINAL

ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
Realizar a conferência dos cartões de vacinas recolhidos pela própria escola no ato da matrícula,	Equipes de APS
Ou solicitar a declaração/certificação da Unidade de Saúde, atestando que o educando está com o esquema vacinal em dia para fins de matrícula escolar.	Equipes de Educação
Realizar o registro das atividades coletivas de verificação vacinal, nos sistemas de informação oficiais da Atenção Primária à Saúde.	Equipes de APS

4.5. AÇÕES DE ATUALIZAÇÃO DO CARTÃO DE VACINA

ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
Realizar reuniões com pais e/ou responsáveis, professores e alunos, com o objetivo de conscientizá-los sobre a importância da vacinação, esclarecer eventuais dúvidas e reforçar a segurança das vacinas. Durante as reuniões, apresentar o Calendário de Vacinação e destacar a importância de procurar a UAPS para a realização das vacinas necessárias.	Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipes de APS Equipes de Educação
Orientar os pais e/ou responsáveis a levarem os(as) filhos(as) às UAPS para a atualização do cartão de vacina.	Equipes de Educação

4.6. AÇÕES DE VACINAÇÃO NAS ESCOLAS

ATIVIDADES	RESPONSÁVEL
Realizar reunião com os pais e/ou responsáveis explicando sobre a importância da vacinação apresentando a "Carta aos Pais", com o termo de autorização para a vacinação nas escolas, e o Calendário de Vacinação. **obs**: Esta orientação poderá ser realizada no início do ano letivo ou conforme calendário escolar.	Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipes de APS Equipe de educação
Informar aos pais e/ou responsáveis a data da realização da vacinação na escola para o envio do cartão de vacina da criança ou adolescente e a "Carta aos Pais" assinada.	Gestor Municipal de Educação (municipal e estadual)
Articular a melhor data para realizar a vacinação nas escolas, de modo a não comprometer as atividades pedagógicas planejadas pela escola e o cumprimento da carga horária do estudante.	Equipes de APS Equipe de educação
Solicitar a relação dos alunos por série e faixa etária. Estimar através desta, quantitativo de imunobiológicos necessários bem como os insumos necessários à vacinação.	Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipes de APS
Apresentar e dialogar com a Educação sobre materiais, normas, dados e documentos disponíveis que abordam o tema imunização.	Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipes de APS
Atualizar junto aos parceiros da educação as informações sobre a segurança das vacinas, assim como se disponibilizar a dialogar com os pais e ou responsáveis e estudantes que tenham dúvidas sobre a vacinação.	Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipes de APS
Preparar o ambiente escolar para a vacinação segura, conforme Guia de Vacinação Extramuros. É imprescindível que o local destinado à assistência ofereça condições adequadas para o manuseio, conservação, triagem, preparo, administração, registro e descarte de imunobiológicos. Todos os profissionais de saúde devem estar devidamente identificados e paramentados.	Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipes de APS Equipes da Educação
Acolher o aluno, avaliar a situação de saúde atual, orientar sobre a vacina a ser realizada, conduzi-lo ao local da aplicação da vacina, colocá-lo sentado, mantendo-o em posição confortável e segura, evitando acidentes durante a administração da vacina; manter a criança ou adolescente sentado por um tempo mínimo de 15 minutos após o procedimento para prevenção de queda relacionada à reação psicogênica. Informar as possíveis reações que as vacinas, como qualquer outro medicamento, podem causar. Orientar dirigir-se até a UAPS mais próxima, caso apresente alguma das reações informadas.	Equipes de APS
Realizar o registro no cartão de vacina do cidadão vacinado e no sistema de informação, garantindo qualidade e completude dos dados, como descrito no tópico 3.2.	Equipes de APS Equipes de Vigilância Epidemiológica
Orientar os pais e/ou responsáveis que preferirem participar do momento da vacinação do (a) filho (a) ou não autorizarem a vacinação no âmbito escolar a levarem os(as) filhos(as) às UAPS para a atualização do cartão de vacina.	Equipe de APS Equipes de Vigilância Epidemiológica Equipe de Educação
Informar ao vacinado sobre a necessidade de retornar a uma UAPS para a complementação do esquema de vacinação recebido na escola, quando aplicável.	Equipe de APS Equipes de Vigilância Epidemiológica

5. MATERIAIS COMPLEMENTARES

Compilado de materiais referente a temática de imunização que podem ser utilizados para qualificar a realização das ações nas escolas.

Caderno Temático do Programa Saúde na Escola Verificação e Situação Vacinal. caderno_tematico_pse_situacao_vacinal.pdf

Guia de Bolso do Programa Saúde na Escola Verificação e Situação Vacinal. guia_bolso_pse_situacao_vacinal.pdf

Estratégia Vacinação na Escola. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/estrategia-vacinacao-na-escola

Nota Informativa SES/SUBVS-SVE-DVAT-CEPI 4413/2023 - Fomento às ações de promoção da saúde e prevenção de doenças imunopreveníveis nas escolas, Minas Gerais, 2023. Disponível em: http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/download/nota_informativa_sessubvs_sve_dvat_cepi_44132023/?wpdmdl=18269

Nota Técnica nº 6/SES/SUBPAS-SAPS-DPS/2021 - Fortalecimento da articulação entre os Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTI) do Programa Saúde na Escola (PSE), os Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEI) e as escolas rurais que atendem comunidades quilombolas, indígenas e população rural na adesão e acompanhamento do PSE, ciclo 2021-2022, nos municípios mineiros. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/1_noticias/09_2021/02-abr-mai-jun/SEI_1320.01.0020805_2021_87%201.pdf

Resolução Conjunta SES-MG/SEE-MG 202 de 14 de Julho de 2016 - Institui os Grupos de Trabalho Intersetoriais Municipais (GTIM) do Programa Saúde na Escola (PSE), no âmbito do Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://saude.mg.gov.br/images/documentos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta%20202%20SES-SEE_GTI-M.pdf

Caderno Temático do Programa Saúde na Escola Verificação e Situação Vacinal. (bit.ly/caderno-tematico-pse-situacao-vacinal)

Guia de Bolso do Programa Saúde na Escola Verificação e Situação Vacinal. (bit.ly/guia-bolso-pse-situacao-vacinal)

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento do Programa Nacional de Imunizações. – 2.ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunizações - Vacinação. 2024. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pni

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno do gestor do PSE [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno temático do Programa Saúde na Escola: verificação da situação vacinal [recurso eletrônico]/Ministério da Saúde, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégia de Vacinação na Escola. Ministério da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Verificação Vacinal Ações do Programa Saúde na Escola 2023 [recurso eletrônico]/Ministério da Saúde, Ministério da Educação. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento do Programa Nacional de Imunizações. Coordenação-Geral de Incorporação Científica e Imunização. Informe Técnico da Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite. Disponível em: campanha-nacional-de-vacinacao-contra-a-poliomielite-2024.pdf (www.gov.br). Acesso em: 22 maio 2024.

MINAS GERAIS. Guia de vacinação extramuros. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. 2023

MINAS GERAIS. Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais. Resolução Conjunta SES-MG/SEE-MG 202 de 14 de julho de 2016. Minas Gerais, 2016.Institui os Grupos de Trabalho Intersetoriais Municipais (GTIM) do Programa Saúde na Escola (PSE), no âmbito do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais, 2016.

SUS
SAÚDE
MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.